



Evento: XXX Jornada de Pesquisa ▾

A INCORPORAÇÃO DA PRÁTICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS EM PSICOLOGIA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE DESAFIOS E AVANÇOS NOS CONTEXTOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL¹

**Mardhjorie dos Santos Seidler², Luã Henrique Urrutigaray³, Arthur Ramos Trapp⁴,
Ana Monique de Bortoli Vieira⁵, Marcelo Montagner Rigoli⁶**

¹ Revisão de Literatura realizada por estudantes do curso de Psicologia da UNIJUÍ.

² Enfermeira, Pós-Graduada em Gestão em Saúde pela USP, e Estudante do curso de Psicologia da UNIJUÍ.

³ Bolsista PIBIC-CNPq; estudante do curso Psicologia da UNIJUÍ.

⁴ Estudante do curso de Psicologia da UNIJUÍ.

⁵ Psicóloga. Pós Graduada pelo Instituto de Psicologia Baseada em Evidências (InPBE).

⁶ Professor orientador. Doutor em Psicologia pela PUCRS. Professor do curso de graduação em Psicologia da UNIJUÍ.

INTRODUÇÃO

A Prática Baseada em Evidências (PBE) surgiu inicialmente na medicina e, ao longo do tempo, foi incorporada por outras áreas da saúde, incluindo a psicologia. Essa metodologia busca integrar, de forma sistemática, as melhores evidências científicas disponíveis à experiência clínica do profissional e as preferências, valores, cultura e características individuais de cada paciente (American Psychological Association, 2006). Ao alinhar ciência, prática e singularidades do usuário, a PBE visa oferecer cuidados mais eficazes e seguros, contribuindo para a qualificação dos serviços de saúde (Faria; Oliveira-Lima; Almeida-Filho, 2021).

No contexto da saúde pública, a relevância da PBE é ainda mais evidente, pois a alta demanda por serviços e a limitação de recursos exigem intervenções eficazes e custo-efetivas (Ocké-Reis et al., 2022). No Brasil, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), organiza a assistência em saúde mental de forma articulada entre a atenção primária e a especializada, priorizando o cuidado em liberdade, a integração dos usuários com diferentes serviços e com a comunidade, além da promoção da autonomia (Brasil, 2011).

Embora, no cenário internacional, a Prática Baseada em Evidências em Psicologia (PBEP) já seja consolidada há mais de duas décadas (Leonardi; Meyer, 2015), sua implementação no Brasil permanece incipiente. Entre os obstáculos estão a escassez de publicações em língua portuguesa, a falta de estudos que mapeiem sua produção científica



nacional, as dificuldades e falta de investimento público para adaptação de protocolos internacionais ao contexto sociocultural brasileiro (Melnik; Souza; Carvalho, 2014). Essa lacuna compromete a qualificação da assistência à saúde, cuja efetividade é reduzida pela ausência do uso da PBE (Andrade; Zeferino; Fialho, 2016), sendo tal limitação particularmente crítica na saúde mental, em que a RAPS, pela complexidade dos casos e necessidade de articulação entre serviços, exige intervenções fundamentadas em evidências (Brasil, 2011).

Diante disso, compreender os desafios e as possibilidades de incorporação da PBE na psicologia brasileira é fundamental para alinhar a prática profissional aos padrões de qualidade já consolidados globalmente. Assim, este estudo tem como objetivo refletir sobre a incorporação da PBE na psicologia no Brasil, analisando os desafios e possibilidades de avanços nos serviços de saúde mental, a partir de uma revisão narrativa da literatura.

METODOLOGIA

Esta revisão narrativa foi realizada por meio de buscas nas bases Scientific Electronic Library Online (Scielo), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic). Utilizaram-se os descritores “psychology”, “evidence-based practice” e “mental health services”, combinados com operadores booleanos (AND, OR). Foram incluídos artigos empíricos ou revisões teóricas, nos idiomas inglês, português ou espanhol. Excluíram-se trabalhos indisponíveis na íntegra, duplicados ou que não abordassem o contexto brasileiro em saúde mental. Os textos selecionados foram analisados qualitativamente, buscando diferentes perspectivas sobre a incorporação da PBE à psicologia brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram incluídos seis estudos, sendo três estudos empíricos e três revisões da literatura. A análise dos estudos identificados permitiu a organização dos achados em três eixos temáticos: (1) conhecimento e compreensão da PBE entre psicólogos brasileiros, (2) utilização da PBE no contexto dos serviços de saúde mental brasileiros e (3) barreiras atuais e possibilidades para ampliação da PBEP no Brasil.

Conhecimento e compreensão da PBE entre psicólogos brasileiros

Embora a PBEP seja relativamente conhecida no Brasil, persistem lacunas



significativas em sua compreensão e aplicação. Um levantamento nacional com 696 psicólogos apontou que profissionais mais experientes tendem a manter práticas apoiadas em referências tradicionais, como livros, cursos e experiência clínica, recorrendo pouco a bases científicas (Melnik et al., 2025).

Já os mais jovens e vinculados ao meio acadêmico demonstram maior familiaridade com a PBEP, utilizam fontes atualizadas e adotam abordagens diversificadas, com maior enfoque para o uso da terapia cognitivo-comportamental (TCC). Esses achados indicam que idade e perfil profissional influenciam a adoção da PBEP, e que a formação específica sobre o tema ainda é insuficiente para assegurar sua incorporação consistente na prática clínica (Melnik et al., 2025).

Utilização da PBE no contexto dos serviços de saúde mental brasileiros

Nos serviços de saúde mental do Brasil, a aplicação da PBEP se concentra majoritariamente no uso da TCC, especialmente nos Centros de Atenção Psicossocial para o tratamento de dependência química. Evidências mostram que essa abordagem contribui para redução do consumo, reinserção social e profissional, prevenção de recaídas e maior motivação para o tratamento, alinhando-se à lógica psicossocial e à estratégia de redução de danos. Sua estrutura breve, diretiva e focada em problemas atuais permite adaptação tanto a atendimentos individuais quanto em grupo, o que a torna adequada à alta demanda e ao tempo reduzido de atendimento nos serviços públicos (Fontgalland et al., 2022; Almeida; Sartes; de Souza, 2022).

Em hospitais gerais, a utilização da TCC por psicólogos também demonstra bons resultados ao favorecer a colaboração do paciente, a resolução de problemas e a adesão ao tratamento. No Brasil, é aplicada principalmente em grupos, utilizando técnicas como psicoeducação, relaxamento, treino de habilidades sociais, reestruturação cognitiva e solução de problemas. Os estudos nacionais apontam melhorias significativas em sintomas de ansiedade, depressão e estresse, além do fortalecimento de estratégias de enfrentamento e ganho de qualidade de vida, especialmente em pacientes com doenças crônicas como o câncer (Peron; Sartes, 2015).

Apesar de seu potencial, a adoção da PBEP ainda é limitada pela pouca inserção da metodologia no processo formativo, restringindo o acesso a técnicas e abordagens psicoterapêuticas. Além disso, soma-se a esse cenário a ausência de protocolos adaptados à



rede pública e ao baixo investimento em educação permanente e supervisão clínica. Essa carência, aliada à falta de monitoramento e avaliação sistemática dos serviços de saúde mental, compromete tanto a efetividade terapêutica quanto a alocação de recursos (Assenheimer; Pegoraro, 2019).

Barreiras atuais e possibilidades para ampliação da PBEP no Brasil

A consolidação da PBEP no país esbarra em desafios estruturais, formativos e culturais. A formação em psicologia permanece centrada na clínica individual, pouco preparando os profissionais para a saúde pública, o que gera insegurança, desconhecimento das políticas do SUS e baixa integração de evidências científicas na prática. A incorporação da PBEP aos currículos de graduação e pós-graduação, combinada a programas de educação permanente, supervisão clínica e acesso facilitado a bases científicas, é fundamental para desenvolver competências e estimular uma cultura de atualização contínua (Assenheimer; Pegoraro, 2019; Melnik et al., 2025; Costa; Colugnati; Ronzani, 2015).

Entretanto, o cenário é agravado por entraves institucionais como subfinanciamento, escassez e rotatividade de profissionais, sobrecarga de trabalho e fragmentação da rede de cuidados. O enfrentamento dessas questões demanda investimentos em infraestrutura, gestão qualificada, trabalho interdisciplinar e integração entre academia, serviços e conselhos profissionais, permitindo práticas mais efetivas e monitoramento sistemático de resultados (Assenheimer; Pegoraro, 2019; Melnik et al., 2025; Costa; Colugnati; Ronzani, 2015).

No campo sociocultural, resistências à mudança, mais comuns entre profissionais experientes, e a compreensão limitada dos princípios da PBEP também dificultam sua expansão. Para superá-las, é necessário adaptar intervenções de sucesso internacional às especificidades brasileiras, incorporando dimensões culturais e sociais para garantir maior relevância e efetividade no contexto da saúde mental (Assenheimer; Pegoraro, 2019; Melnik et al., 2025; Costa; Colugnati; Ronzani, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção da PBE na psicologia brasileira apresenta avanços pontuais e vem sendo utilizada, especialmente aliada a TCC em alguns serviços, mas ainda enfrenta desafios estruturais, formativos e culturais que limitam sua consolidação. A insuficiente integração entre ciência e prática, associada à carência de capacitação, supervisão e protocolos adaptados ao SUS, restringe seu alcance nos serviços de saúde mental. Superar essas barreiras exige



investimento institucional, fortalecimento da formação acadêmica e permanente, e adaptação de intervenções ao contexto sociocultural brasileiro, de modo a garantir práticas mais efetivas, seguras e alinhadas às necessidades da população. Sugere-se ainda, a realização de estudos que mapeiem a produção científica nacional em torno do tema.

Palavras-chave: Psicologia. Prática Baseada em Evidência. Serviços de Saúde Mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, É. A. S.; SARTES, L. M. A.; SOUZA, K. S. S. de. Inserção das estratégias cognitivo-comportamentais no CAPS Álcool e Drogas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Belo Horizonte, v. 42, [n.], 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003239448>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Presidential Task Force on Evidence-Based Practice. Evidence-based practice in psychology. *American Psychologist*, v. 61, n. 4, p. 271-285, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.61.4.271>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- ANDRADE, K.; ZEGERINO, M. T.; FIALHO, M. B. Articulação da Rede de Atenção Psicossocial para o cuidado às crises. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 21, n. 2, p. 223-233, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287147424005>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- ASSENHEIMER, S.; PEGORARO, R. F. Práticas desenvolvidas por psicólogos em serviços de atenção psicossocial: revisão de literatura. *Rev. Psicol. Saúde*, Campo Grande, v. 11, n. 3, p. 139-155, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.20435/pssa.v0i0.652>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 11 ago. 2025.
- COSTA, P. H. A.; COLUGNATI, F. A. B.; RONZANI, T. M. Mental health services assessment in Brazil: systematic literature review (Avaliação de serviços em saúde mental no Brasil: revisão sistemática). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 10, p. 3243-3253, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152010.14612014>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- FARIA, L.; OLIVEIRA-LIMA, J. A.; ALMEIDA-FILHO, N. Medicina baseada em evidências: breve aporte histórico sobre marcos conceituais e objetivos práticos do cuidado. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 59-78, mar. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/R8z4HdFLyXTRWk6dmxBgvkK/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- FONTGALLAND, R. C. et al. A Prática dos Psicólogos nos Centros de Atenção Psicossocial em diferentes estados brasileiros. *Psicol. Conoc. Soc.*, Montevideo, v. 12, n. 2, p. 45-71, ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.26864/pcs.v12.n2.3>. Epub 31-ago-2022. Acesso em: 11 ago. 2025.
- LEONARDI, J. L.; MEYER, S. B. Prática Baseada em Evidências em Psicologia e a História da Busca pelas Provas Empíricas da Eficácia das Psicoterapias. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 35, n. 4, p. 1139-1156, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001552014>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- MELNIK, T.; FERNANDES DE SOUZA, W.; REGINE DE CARVALHO, M. A importância da prática da psicologia baseada em evidências: aspectos conceituais, níveis de evidência, mitos e resistências. *Revista Costarricense de Psicología*, v. 33, n. 2, p. 79-92, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476747238008>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- MELNIK, T. et al. Conhecimento e uso da prática baseada em evidências em psicologia na prática clínica de psicólogos brasileiros: um estudo transversal. *Saúde*, v. 13, n. 4, p. 431, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/healthcare13040431>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- OCKÉ-REIS, C. O. (org.). *SUS: avaliação da eficiência do gasto público em saúde*. ALEXANDRE MARINHO; FRANCISCO RÓZSA FUNCIA; et al. Brasília: Ipea; CONASS; OPAS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/66617a31-8608-4ed5-be21-3a2409146fb3/content>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- PERON, N. B.; SARTES, L. M. A. Terapia cognitivo-comportamental no hospital geral: revisão da literatura brasileira. *Rev. bras. ter. cogn.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 42-49, jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20150006>. Acesso em: 11 ago. 2025.